

CONJUNTURA

Importação cara reduz superavit

Saldo da balança comercial cai para US\$ 8,8 bilhões em junho. Gasto com compras externas tem crescimento de 34%

» RAFAELA GONÇALVES

Alta de preços de produtos importados reduziu o superavit da balança comercial brasileira. Em junho, o saldo positivo entre exportações e importações foi de US\$ 8,8 bilhões, com queda de 15,4% em relação ao registrado no mesmo mês do ano passado. Apesar do recuo, de acordo com o balanço da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia, o resultado foi o segundo maior para o mês de junho da série histórica, iniciada em 1989, ficando atrás somente de junho de 2021.

No mês passado, as exportações somaram US\$ 32,7 bilhões, superando o valor das importações, que acumularam US\$ 23,9 bilhões. O preço médio das mercadorias exportadas aumentou 14,6%, favorecido pela valorização das commodities. No entanto, no caso das importações a alta foi de 34,6%, puxada, principalmente, por adubos, fertilizantes e petróleo, itens que ficaram mais caros após o início da invasão da Ucrânia pela Rússia.

“A guerra na Ucrânia tem um fator comercial positivo, porque o Brasil é exportador de commodities, que subiram devido ao conflito. Em compensação, nós também temos que importar, sobretudo manufaturados, e isso acaba pesando. Mas é bom que as importações cresçam também, é sinal que o país está comprando bens de capital, isso é investimento para gerar desenvolvimento doméstico”, avaliou o economista César Berço, sócio diretor da OpenInvest.

Em relação ao desempenho por setor, o aumento nos preços

Suape/Divulgação



Guerra na Ucrânia puxou as cotações de adubos, fertilizantes e petróleo, produtos com peso substancial na pauta brasileira de importações

internacionais pesou mais no setor agropecuário. O volume de mercadorias embarcadas caiu 4,5% em junho, na comparação com o mesmo período do ano anterior, enquanto o preço médio subiu 36,2%.

As exportações da indústria de transformação foram responsáveis pela maior parte do montante de exportações, registrando alta de 38,5% em junho contra o

mesmo mês de 2021. As vendas da indústria extrativa, por sua vez, recuaram 24,3% no período.

No acumulado do primeiro semestre, a balança comercial teve superavit de US\$ 34,2 bilhões, uma queda de 8,2% contra o mesmo período do ano passado. O resultado é fruto de US\$ 164,1 bilhões em exportações (+19,5%) e US\$ 129,8 bilhões em importações (+29,8%).

Foi revisada para baixo a projeção para o resultado da balança no encerramento de 2022, com um salto nas importações. O saldo comercial do ano, de acordo com a nova estimativa, deve ficar positivo em US\$ 81,5 bilhões, ante projeção de US\$ 111,6 bilhões feita em abril. Segundo o subsecretário de Inteligência e Estatísticas de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Herlon

Brandão, a queda na projeção foi causada principalmente pela alta nos preços de fertilizantes e dos combustíveis, que dependem de fornecimento externo.

“A revisão é consequência de uma despesa maior por conta de preços crescentes, em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia e de todas as disrupções que observamos nas cadeias de suprimentos”, afirmou Brandão.

Bradesco: PIB zero em 2023

» ROSANA HESSEL

O banco Bradesco revisou as projeções econômicas da economia brasileira e elevou de 1,5% para 1,8% a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022, devido ao desempenho do primeiro semestre, mas alertou que a economia deverá perder fôlego a partir da segunda metade do ano. Para 2023, a nova previsão do banco privado é de PIB zero.

Em junho, a estimativa de crescimento em 2023 era de 0,3%. Os efeitos da alta dos juros, que reduzem a capacidade de crescimento do país, explicam a reestimativa. Além disso, pesam outros fatores, como a incerteza sobre a solidez das contas públicas.

“O quadro fiscal ficou mais incerto nas últimas semanas. Há um avanço de pautas que ampliam desonerações e dispêndios governamentais. Algumas medidas devem ficar restritas a 2022, mas outras têm caráter permanente, com consequências para a trajetória da dívida pública”, destacou Fernando Honorato, diretor de Estudos e Pesquisas Econômicas do Bradesco, em comunicado divulgado ontem.

Segundo ele, deve considerar, ainda, o menor dinamismo da economia internacional. “Ademais, o Brasil não será beneficiado pelo crescimento dos preços das commodities, como verificado nos últimos trimestres. Assim, o PIB brasileiro deverá ficar estável em 2023, após avanço de 1,8% em 2022”, acrescentou.

De acordo com Honorato, as condições financeiras pioraram mesmo antes da aprovação Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 1, no Senado antontem, ou PEC das “bondades”, que prevê a aprovação de vários auxílios, gerando um rombo nas contas públicas superior a R\$ 40 bilhões. A proposta ainda deve passar pela Câmara.

Segundo técnicos do governo e analistas do mercado financeiro, o pacote deve enterrar de vez o teto de gastos, que já tinha sido ampliado no fim de 2021 com as mudanças na metodologia. Com isso, o mecanismo deixou de ter eficácia no controle das despesas públicas.

No documento divulgado ontem, Honorato diz, ainda, que o quadro inflacionário requer atenção. Com as medidas recentes, o banco reduziu a projeção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano de 9% para 7,5%, ainda acima do teto da meta de 5%. Já a previsão para 2023 aumentou, devido aos impactos fiscais da PEC, passando de 4,1% para 4,9%, também acima do limite superior.

Postos baixam o preço da gasolina

» FERNANDA STRICKLAND

A redução de impostos continua provocando baixa no preço dos combustíveis e chegou a R\$ 6,43 em alguns revendedores de Brasília. Esse era o valor cobrado pelo litro da gasolina em um posto ao lado do Palácio do Buriti. Segundo o presidente do Sindicombustíveis-DF, Paulo Tavares, a queda se deve à zeragem do PIS/Cofins, que são tributos federais, e à redução do ICMS, um imposto estadual.

Ele observou que a Lei Complementar 192/2022 determinou o cálculo do ICMS com base na média dos últimos 60 meses. A lei definiu, ainda, que o ICMS incidirá uma única vez sobre os combustíveis, com alíquota única em âmbito nacional.

A medida foi contestada pelos estados no Supremo Tribunal

Federal (STF). Em 17 de junho, o ministro André Mendonça reafirmou a validade da lei, que entrou em vigor ontem. Os governadores, porém, recorreram.

O presidente do Sindicombustíveis-DF lembrou que, no caso dos impostos federais, a redução vale apenas até 31 de dezembro. Em janeiro do ano que vem, volta para o preço”, disse. “Temos também a queda devido ao ICMS, ou seja, o governo passou a arrecadar menos R\$ 0,50 por litro de gasolina a partir de hoje.”

Tavares explicou que, até o momento, o impacto da queda das alíquotas de impostos gira em torno de R\$ 1. “A queda vai depender da distribuidora repassar tudo aos revendedores, e dos estoques”, afirmou. “Agora, se vai permanecer caindo ou não, depende do STF.”

De acordo com o presidente do

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Litro do combustível era vendido ontem por até R\$ 6,43. Baixa é explicada pelo corte de impostos

Sindicombustíveis-DF, se o STF julgar que a Lei Complementar é inconstitucional, porque obriga os governadores a terem uma alíquota de ICMS única, não haverá novas quedas de preço. “Mas se ele disser que é constitucional, os

preços vão cair mais uns R\$ 0,40, ou seja, a gasolina poderá ficar entre R\$ 5,99 e R\$ 6,50, dependendo do revendedor.”

Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a nível nacional, o preço do litro da gasolina caiu do

recorde histórico de R\$ 7,390, na semana passada, para R\$ 7,127. O preço médio em São Paulo passou de R\$ 6,974 para R\$ 6,697 nas duas últimas semanas. Em Goiás, também houve redução da gasolina: de R\$ 7,478 para R\$ 7,078.

CB.AGRO

Fape-DF defende a regularização de terras

» JOÃO GABRIEL FREITAS*

O vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal (Fape-DF), Rogério Tokarski, defendeu a importância da regularização das propriedades rurais no campo. “As pessoas saíam do campo e vieram para as periferias dos centros urbanos de todo Brasil. Agora, precisamos de mão de obra. Não podemos perder tempo. Temos a consciência de que precisamos alimentar o DF, o Brasil e, porque não?, o mundo, mas precisamos de melhores políticas agrícolas. No DF, a melhor é a regularização fundiária”, afirmou, em entrevista ao CB.Agro, programa feito em parceria pelo Correio Braziliense e pela TV Brasília.

A questão fundiária é uma discussão que se arrasta há muito tempo no Distrito Federal. Segundo Tokarski, desde a fundação de Brasília, em 1960, há agricultores que não têm a escritura da terra em que produzem. O documento é um instrumento para o agronegócio, pois possibilita fornecer garantias a financiamentos públicos e privados.

“Muitos deixaram esse problema para os filhos. É geracional. Claro, a outra geração assumiu, e estamos produzindo. Brasília tem os maiores índices de produtividade e os grãos que oferecem as melhores sementes. Somos extremamente competentes em suínos e aves. Temos acesso às tecnologias, só não temos o documento da terra”, relatou Tokarski.

Ed Alves/CB/D.A.Press



Rogério Tokarski: certificado de propriedade facilita concessão de financiamentos a produtores

Licenças ambientais

Outra queixa constante da Federação é o alto preço de licenças ambientais. De acordo com

o presidente da Fape, o preço de uma licença para uma empresa rural é quase 10 vezes maior no DF do que em Goiás ou Minas Gerais, em qualquer atividade.

“Para uma granja de suínos é uma fortuna: R\$ 120 mil. Para as aves é o mesmo. Nós trabalhamos com receita e despesa e precisamos saber o que sobra para reinvestir.”

Ele destacou que, segundo a Associação Brasileira de Criadores de Caprinos e Ovinos (ABC-CO), 90% da carne do segmento consumida no Brasil não é fiscalizada. Tokarski explicou que são animais de pequeno porte, criados muitas vezes fora do cenário industrial, que tem exigências sanitárias mais rígidas. O problema afeta com mais força pequenos e médios produtores, que não têm condições de realizar o abate.

“Em Brasília, nenhum frigorífico está abatendo ovinos e caprinos. Daí não tem quem venda, nem quem compre de forma legal. Se o pequeno ou médio produtor for fazer o abate, a vigilância sanitária já pede o selo de qualidade. Na Alemanha, as famílias moram em cima e em baixo tem seu abatedouro, sua fábrica de embutidos e com qualidade, vendem e exportam”, argumentou.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo